

“Somente com uma maior participação dos municípios (na gestão portuária) podemos resolver os problemas entre o Porto e as cidades”

PAULO ALEXANDRE BARBOSA, PREFEITO DE SANTOS

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Guarujá começará a implantar distrito portuário no próximo ano

Projeto foi anunciado pela prefeita Maria Antonieta de Brito durante o Santos Export, realizado ontem

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Guarujá iniciará a implantação de seu distrito portuário no próximo ano. Ele ocupará um terreno de quatro quilômetros quadrados em Vicente de Carvalho, onde ficam os terminais marítimos da cidade. O plano foi anunciado pela prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito (PMDB), ontem, durante sua participação na última etapa da 12ª edição do Santos Export - Fórum Internacional para a Expansão do Porto de Santos, que aconteceu no Parque Balneário Hotel, em Santos.

O fórum é uma iniciativa do Sistema A Tribuna de Comunicação e uma realização da Una Marketing de Eventos.

A prefeita integrou o painel Porto-Cidade, no qual foram discutidas medidas para minimizar o impacto da atividade portuária nos municípios. Ao lado de Maria Antonieta, estavam o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), o diretor-presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Angelino Caputo e Oliveira, e o presidente da Associação Comercial de Santos (ACS) e diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini, responsável pelo início dos debates.

Roberto Santini apresentou



Entre Barbosa (à esquerda) e Caputo, Maria Antonieta ainda defendeu proposta para impulsionar o transporte hidroviário de cargas na região

posição dos empresários da região, destacando que são favoráveis à construção do túnel submerso que ligará as cidades de Santos e Guarujá. Além disso, expôs as preocupações do setor em relação aos gargalos nos acessos às duas margens dos cais santista e, ainda, à necessidade de uma maior agilidade na solução de questões ambientais.

Em seguida, a prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito, destacou o plano de implantar um distrito portuário

em Vicente de Carvalho. O plano é que a área, com 4 quilômetros quadrados, seja licitada ainda no próximo semestre.

“Para quem vem do sentido de São Paulo para Guarujá, fica do lado esquerdo da (Rodovia) Cônego Domênico Rangoni. Ali fica essa grande área de 4 milhões de metros quadrados que poderá ser licitada em breve”, afirmou a prefeita.

Ainda não foi definido o valor a ser cobrado para a exploração da área. Mas Antonieta ga-

rante que o retorno será “significativo” para a economia da cidade. “Existe todo um planejamento de um condomínio, onde teremos atividades econômicas ligadas ao Porto e outras que agreguem valor à economia da nossa cidade. É preciso que empreguem mão de obra. Essa é a diretriz”, destacou.

TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

Antonieta também anunciou um plano que pode se tornar o primeiro voltado ao transporte

hidroviário na cidade. A ideia é utilizar um terreno da Codesp, que fica em Monte Cabrão (Área Continental de Santos), para o embarque de veículos que seguirão em direção ao Complexo Industrial e Naval de Guarujá (Cing).

“Pelo canal de Monte Cabrão, na entrada da cidade, tem uma instalação da Codesp ali. Só que ela seria ampliada e receberia infraestrutura para que o caminhão, ao invés de entrar na cidade, entre ali, vá para a barca e

seja conduzido até o Cing. Isso evita que a gente tenha que entrar com esse caminhão dentro da cidade”, explicou Maria Antonieta.

Devido à localização da área do futuro terminal, a Prefeitura de Santos terá de avaliar o empreendimento. O prefeito Paulo Alexandre Barbosa prometeu estudá-lo.

No painel, Barbosa também reiterou a necessidade de ampliar a participação dos municípios nas decisões portuárias, como uma forma de resolver os conflitos Porto-Cidade. Em Santos, o principal deles é a operação de grãos nas proximidades da Ponta da Praia, devido ao forte odor causado pela atividade.

O problema pode ser solucionado pela adoção de filtros. O investimento, porém, só deve ser realizado após o novo arrendamento dessas instalações, processo que depende do aval do Tribunal de Contas da União (TCU).

Esse projeto chegou a ser levado à plenária do TCU, em Brasília, ontem. Mas novamente houve um pedido de vistas e o projeto voltou à etapa de estudos.

MERGULHÃO

Responsável por eliminar o conflito rodo-ferroviário no Valongo, em Santos, a passagem subterrânea rodoviária prevista para o local – denominada como Mergulhão – precisa de mais R\$ 440 milhões para ser construída. Isto porque existem disponíveis R\$ 310 milhões para a obra, que custará R\$ 750 milhões.

De acordo com o presidente da Codesp, Angelino Caputo e Oliveira, este é o único obstáculo para a construção do Mergulhão. “Eu consigo licitá-lo em 90 a 120 dias, desde que eu tenha o dinheiro para pagar a obra”.

Obras de estacionamento terão início em 2015

FERNANDA HADDA

Até o final do próximo semestre, o terreno da Alemoa doado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) deve entrar em obras e, assim, definitivamente se tornar um estacionamento rotativo para caminhões. Foi o que afirmou o diretor de Planejamento Estratégico e Controle da estatal, Luis Cláudio Santana Montenegro, ontem, durante sua participação na 12ª edição do Santos Export - Fórum Internacional para a Expansão do Porto de Santos, realizado no Parque Balneário Hotel, na Cidade.

Montenegro foi um dos debatedores no painel Desafios e Soluções de Infraestrutura do Porto de Santos.

O projeto para a área na Alemoa, que está à disposição da Codesp desde o ano passado, é para acolher parte dos caminhões que vêm ao Porto diariamente. Quando os veículos chegam fora do horário agendado, acabam formando filas, causando transtornos à população.

A Codesp ainda estuda o que fará com o terreno. A análise deve ser concluída em janeiro. A estatal planeja utilizar o lote para armazenagem de cargas e como suporte às operações ferroviárias, além de usá-lo para o estacionamento rotativo. “Esses três projetos são antigos. O que nós (a Codesp) estamos fazendo agora é organizar essas ideias, enxergando qual o máximo de potencial de utilização dessa área”, explica Montenegro.

Dar solução ao problema das filas de caminhões na Cidade é a prioridade, segundo o diretor. Inicialmente, a área deverá



João Maria Menano, Luis Cláudio Montenegro, Frederico Bussinger, Caio Fontana, Silvio dos Santos e Martin Aron participaram do painel

abrigar cerca de mil caminhões, o equivalente a mais de 50% do total de veículos de carga que chegam a Santos todos os dias.

“O ideal seria ofertar duas mil vagas para amparar os veículos que ficam em Santos aguardando carga e descarga. Talvez a gente absorva mais do que a metade nesse primeiro momento. Mas já estamos pensando em como vamos associar outros projetos, inclusive privados, para complementar essa oferta de vagas”, ressalta.

Com a conclusão do estudo em janeiro, a Codesp prevê começar os processos burocráticos e dar início às obras no terreno ainda no primeiro semestre do ano que vem. A intenção é transformar a área em um local de comodidade ao caminhoneiro. O estacionamento contará com banheiros, refeitório e equipamentos de segurança, para que o motorista possa aguardar nele até o momento de ir para o terminal.

Ainda não está definido o modelo de exploração da área – se será administrada pela estatal ou será licitada à iniciativa privada. “Esse será o nosso último passo. Mas não é o nosso foco administrar áreas de estacionamento. Podemos também fazer uma parceria público-privado, estamos pensando no modelo ainda”, afirmou Montenegro.

Além do diretor da Codesp, participaram do painel o consultor portuário Frederico Bussinger, o professor do Instituto do Mar do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Caio Fontana, o pesquisador do Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Silvio dos Santos, o

presidente da Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC), Martin Aron, e o presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA), João Maria Menano.

Planejamento

Falta de planejamento. Essa é principal causa dos problemas operacionais enfrentados pelo Porto de Santos, na opinião dos debatedores que participaram, ontem, do Santos Export. Aproveitando a presença do diretor da Codesp Luis Cláudio Santana Montenegro, os participantes não hesitaram em cobrar soluções. “O poder público abriu mão de planejar, e não é de hoje. As empresas privadas fazem muito bem as operações nos terminais, mas falta ao poder público administrar e operacionalizar todo trabalho no Porto e, inclusive, fora dele”, afirmou o consultor do Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transporte e Meio Ambiente (Idelt), Frederico Bussinger, ex-diretor da Codesp que participou do evento. Ele ressalta que, para planejar, a estatal precisa coordenar os modais de transporte de acesso direto ao Porto, além da relação com as outras empresas portuárias.